

A distopia burocrática: cenas do trabalho na poesia contemporânea

Carolina Fabiano de Carvalho

1989, livro do poeta carioca Lucas Matos, publicado em 2018, começa com “franz”: uma série de breves poemas que compõem uma narrativa fragmentada e dilatada no tempo, cujo personagem principal é um prisioneiro-trabalhador-escritor. A série começa em uma prisão, onde o sujeito faz trabalhos forçados; na terceira parte, o prisioneiro “cai pra cima” e muda seu encarceramento: torna-se escrivão da polícia, função da qual quer se livrar já no poema seguinte. O personagem reluta em aceitar as opções que lhe são dadas (tornar-se cão de guarda ou besta da polícia montada), mas os anos vão passando. Só no final, o sujeito parece interferir em seu destino ao recusar reiteradamente convites para desempenhar funções que aludem à burocracia, enquanto aguarda uma “proposta editorial promissora”.

Embora este brevíssimo resumo não dê conta da série, ele me parece essencial para esta apresentação. Aqui, me deterei na análise do primeiro poema e, a partir dela, farei o recorte de meus interesses de pesquisa. Vamos a ele, então.

FRANZ

1.

cinco anos após
a primeira prisão
seria mandado
aos trabalhos forçados

*não era exatamente
uma surpresa
ao ouvir o som
metálico de algemas
tinha imaginado*

vão me mandar de dia
a carregar pedras
todos os dias
a carregar pedras
para de noite
polir
de noite polir

o pior viria depois
a visão final do
monumento
cada pedra
uma parte
da homenagem

ao escritor
e em todos os lados
e em todos os postes
a nu as palavras
que franz recusou
todas que fez
questão de riscar e

um totem de gralhas
todas as gralhas
em bronze
em ferro
para que ninguém
esqueça o preço
que se paga
o erro da escrita

(Matos, 2018)

As imagens clichês de prisão, trabalhos repetitivos, e do escritor nos levam a deduzir que “franz” é Kafka, ou ao menos uma alusão ao lugar comum “kafkiano”. Minha hipótese é de que a intertextualidade se estabelece não só por sua obra, mas também por aspectos extraliterários: ser Franz enquanto se é Kafka; ser escritor – como profissão – enquanto se é qualquer outra coisa.

O poema começa *in media res*, e suscita uma série de dúvidas, desde quem está preso? e por quê?, até aquelas em torno do tempo e da voz narrativa. O som das algemas denuncia o que está para acontecer. A forma como a cena é construída desloca brevemente a vigilância empreendida sobre o prisioneiro para ele mesmo, como agente da vigilância, um movimento que muitos autores identificam como típico das mais recentes transformações no mundo do trabalho.

No poema, o trabalho é pesado, e ininterrupto: de dia, carregar pedras; de noite, polir, todos os dias. A rotina é reforçada pela repetição dos versos, em cortes gráficos diferentes, que exigem uma mudança de ritmo. O efeito é de uma ação que parece ser sempre a mesma, com pequenas alterações – como costuma ser a experiência do trabalho cotidiano. Neste caso, além de constante e árduo, ele parece ser também *absolutamente sem sentido*. Afinal, carregar pedras – para onde? Para quê? Por que polir pedras? O poema parece se construir em torno desses chavões, talvez uma referência ao próprio drama ironicamente elaborado do poeta-trabalhador-burocrata.

“franz” evoca o trabalho moroso, sem sentido e repetitivo e, dessa forma, parece indicar *certa experiência* absurda da labuta contemporânea, que sofre crescente burocratização. Digo *certa experiência* porque a burocratização não afeta todos os trabalhos da mesma forma – não diretamente, tampouco uniformemente. Contudo, a série lança luz na

burocracia como fenômeno, e sugere outros instrumentos e perspectivas para a interpretação do trabalho e seu lugar no mundo.

Com o burocrata na cabeça, vemos que as pedras que constroem o monumento são as palavras que o escritor precisa escolher e lapidar, em sua transfiguração artística. A labuta da criação poética, aqui, não tem nada a ver com as idealizações comuns da escrita literária; não tem vez o poeta gênio, inspirado pela musa, que escreve tudo de um jato, para citar Manuel Bandeira. O escritor é aquele que não para de trabalhar: carrega as palavras de um lado para o outro, deixa-as pelo caminho, risca, reescreve, recompõe, troca de lugar. O monumento ao escritor é a exposição das vísceras de sua produção, o resto, “os erros” em potencial: tudo aquilo que “não serviu para nada”, e que não aparece na composição final – a não ser como gralha.

Aos binômios pedras/palavras, polimento/poesia, podemos acrescentar um outro: vida/arte. Afinal, o que o poema conserva “da vida” – do trabalho, da rotina, do cotidiano – e o que abandona? O que é riscado, o que não entra no poema?

O trabalho como tema literário não é novidade; tampouco o é a burocracia. O que surpreende aqui é certa equalização entre o trabalho forçado, o trabalho burocrático e o trabalho do escritor. Em “franz”, o escritor é também um burocrata; é também um prisioneiro. Minha hipótese é de que essa mistura aponta para uma interdependência, que é vista criticamente. É preciso trabalhar para a subsistência que a escrita (quando ela é possível) não provê. Pensemos aqui nos poetas funcionários públicos, Kafka, Drummond, e o próprio Lucas Matos: professor de língua portuguesa e literatura do Instituto de Aplicação da UERJ. No período entre a publicação do primeiro e o segundo livros, Lucas atuou como assessor da direção da escola. “franz” traz à tona *os outros* trabalhos do escritor, e suas condições de produção *para* a escrita em si. Destaco um trecho breve da entrevista feita por Lucas ao blog “Como eu escrevo”. Diante de uma rotina intensa,

não consegui fixar nenhum tipo de rotina de escrita. Pelo contrário: a pergunta que se coloca diariamente, para mim, é: como continuar escrevendo diante desta rotina? Com tanto trabalho complexo e delicado envolvido em participar e pensar uma escola – assim como pensar universidade e ensino públicos – trabalho que em muitos aspectos se dissociou historicamente do que é um fazer artístico, como continuar se pensando e propondo como artista e poeta? Não sei se tenho uma boa resposta. (Matos, s/d)

Se costumamos pensar na literatura como um *não-produto*, que resiste à mercantilização, a poesia de que nos fala “franz” resiste a essa noção: ela é fruto da labuta do escritor, que precisa vender sua força de trabalho em outras paragens para garantir que a literatura mesma exista. A tentativa de libertar o trabalho artístico da subordinação capitalista

parece se dar justamente na exposição visceral de sua fatura, na metalinguagem, como Sergio Ferro nos fala dos renascentistas.

Forçado, burocrático e poético: estas são as três “faces” do trabalho em “franz”.

Em *A grande transformação*, Karl Polanyi diz que a economia baseada num sistema de mercados autorregulados – dirigida apenas pelos preços de mercado – é uma novidade sem precedentes na história. Ele nos convoca a recusar a falácia do “homem econômico”, trazendo evidências antropológicas de que “a economia humana, em regra, está enraizada em suas relações sociais” (Polanyi, 2021, p. 102). As motivações individuais têm seu papel dentro do sistema, mas são disciplinadas por normas gerais de comportamento, induzidas pelos costumes, as leis, a magia e a religião. A divisão artificial entre economia e política, sob os auspícios da autorregulação, engendra necessariamente a subordinação da sociedade às exigências do mercado, inclusive da terra e do trabalho.

Para instaurar essas “mercadorias fictícias”, foi preciso destruir todos os laços comunitários tradicionais, impedindo que fossem reconstituídos. Não há alternativa à venda da força produtiva, não só porque os meios de subsistência foram saqueados e destruídos, mas porque o próprio tecido social foi desarticulado. Na utopia liberal clássica, o limite inferior dos salários só seria atingido quando o trabalhador ficasse reduzido a uma escolha: morrer de fome, ou vender sua força de trabalho.

Em suma,

A coerção legal e a servidão paroquial, como na Inglaterra, os rigores de uma polícia absolutista do trabalho, como na Europa Continental, e o trabalho escravo, como nas Américas recém-colonizadas, foram prévias do “trabalhador voluntário”. Mas o estágio final foi alcançado com a aplicação do “castigo natural” – a fome. Para aplicá-lo, foi necessário liquidar a sociedade orgânica, que se recusava a deixar o indivíduo na inanição. (Polanyi, 2021, p. 249.)

Silvia Federici também identifica no contrato individual a restrição de liberdade oriunda da desagregação comunitária. Em *Calibã e a bruxa*, a feminista italiana sugere que “enquanto na idade média os salários podiam ser vistos como um instrumento de liberdade (em contraste com a obrigatoriedade dos serviços laborais), começaram a ser vistos como instrumentos de escravidão logo que o acesso à terra chegou ao fim” (Federici, 2017, p.140). Federici destaca como esse processo foi particularmente cruel com as mulheres.

Destaco as relações entre liberdade e trabalho no capitalismo porque, em “franz”, o trabalho forçado é o trabalho mercantilizado. Se seguirmos por aí, ampliamos nossa leitura para enxergar a força motriz que obriga o sujeito poético a trabalhar como um imperativo não necessariamente disciplinar, mas existencial. Passamos a enxergar a violência não só nos

índices mais evidentes – a prisão, a vigilância – mas no próprio sistema no qual opera o trabalho como mercadoria fictícia.

Esta representação do trabalho no poema ressoa mais profundamente quando a localizamos no contexto atual de degradação das condições laborais e desarticulação das classes trabalhadoras. A reabilitação e posterior dominação do discurso ortodoxo-liberal, no final do século XX, consolidou o “homem econômico” como realidade natural, pré-determinada e irrefutável: não só somos movidos por nossa propensão à barganha, mas devemos funcionar como pequenas empresas, constantemente calculando fluxos de entrada e saída, avaliando nosso desempenho no dia a dia, buscando vantagens em todas as interações, agindo como CEOs de nós mesmos.

A intensificação desse discurso coincide com as transformações que as elites capitalistas promoveram nos anos 1970 e 1980. Segundo Eduardo Pinto e Paulo Balanco, para lidar com a crise estrutural do período anterior, pela perspectiva neoclássica, era preciso restaurar a “taxa natural do desemprego; desregular os mercados, principalmente o financeiro e de trabalho; e garantir a “livre concorrência”, relegando ao Estado apenas o papel de propiciar as condições para o bom funcionamento do mercado” (Pinto e Balanco, 2009, p. 48).

Os cortes nos direitos trabalhistas, a terceirização e a precarização, e o enfraquecimento dos sindicatos foram métodos eficazes para estabelecer a dominação do capital sobre o trabalho. Mas essa desvalorização gerou efeitos colaterais sobre a acumulação, reduzindo a demanda agregada de investimentos e consumo das famílias. Para compensar, os representantes do capital deslocaram-se da produção e passaram a privilegiar o universo do capital-dinheiro, voltando-se para a acumulação baseada nas finanças (Pinto e Balanco, 2009, p. 69).

A financeirização é fundamental para a sustentação de políticas neoliberais também do ponto de vista da reprodução, pela substituição dos salários pelo crédito como forma de acesso ao básico. A partir dos anos 1980, os trabalhadores seriam encorajados a “comprar uma parte do capitalismo”, tornando-se eles mesmos rentistas sobre sua própria exploração. As classes médias do Norte continuariam a ter acesso à casa própria e a bens de consumo, mas agora por meio do refinanciamento infinito de hipotecas e cartões de crédito.

Na dissertação (Carvalho, 2020), me debrucei sobre como o endividamento atual, fruto da financeirização, brotava nos poemas do primeiro livro de Lucas Matos. Em 1989, parece emergir outro efeito da mudança no regime de acumulação: a burocratização do trabalho, que caracterizo tanto pela adoção crescente de práticas administrativas típicas do gerenciamento

corporativo (como auditorias, análises de desempenho, preenchimento de formulários e relatórios, métricas de avaliação etc.), quanto pela proliferação de cargos cuja atividade fim é o gerenciamento e a administração de recursos, humanos e financeiros.

Costumamos sobrepor a figura do burocrata à do funcionário público. Contudo, Weber diz que “as empresas capitalistas modernas são em si mesmas modelos sem igual da organização burocrática rigorosa” (Weber, 1982, p. 250). Mesmo assim, “desburocratizar” é um mantra liberal, e o discurso contra a estabilidade e a favor da competitividade é um dos pilares que sustenta a privatização dos serviços e empresas públicos.

A suposição de que “mais mercado” engendra “menos burocracia” é ironicamente questionada pelo antropólogo David Graeber ao enunciar a “lei de ferro do liberalismo”, em alusão à lei de ferro dos salários ricardiana. Segundo o antropólogo, qualquer tentativa de desregular ou desburocratizar em nome da eficiência de mercado, por fim, gera mais burocracia e mais regulação (Graeber, 2016, p. 9). Em seu ensaio, Graeber sugere que vivemos hoje a “era da burocratização total”, com proliferação de cargos cuja atividade fim é o gerenciamento e a administração de recursos, humanos e financeiros, e na qual incorporamos técnicas imaginadas pela regulação financeira *mainstream* e pela organização corporativa – princípios como eficiência, responsabilidade (*accountability*), transparência, e práticas como auditorias, gráficos de desempenho, formulários, relatórios, avaliações de performance, metrificação - em escolas, hospitais, laboratórios de pesquisa, ministérios e secretarias de governo, ONGs etc. Não é que essas práticas já não existissem, mas elas adquirem dimensão e complexidade tão grandes que passamos tempo significativo de nosso trabalho debruçados sobre elas, ao invés de nos dedicarmos à atividade fim – ou a qualquer outra coisa que desejássemos fazer.

Para Graeber, a burocracia funciona também como mecanismo de expropriação, para além do endividamento. Conhecemos os casos do ensino superior privado; aqui, recupero um caso de extração de riqueza via burocracia em uma universidade federal. Em 2021, os institutos de apoio à pesquisa e à pós-graduação no Brasil mudaram seus critérios de avaliação e distribuição de bolsas de apoio estudantil. Eu atuava como representante discente do meu Programa, e acompanhava os esforços da Coordenação para acompanhar as publicações, portarias, atas e regulamentos que as agências de fomento publicavam, sempre com exigências estapafúrdias e prazos curtíssimos que, enfim, tornavam o processo de candidatura para a distribuição das bolsas praticamente impossível. Lembro dos inúmeros adiamentos para a publicação dos resultados das chamadas, quando de fato saberíamos quantas bolsas teríamos disponíveis; lembro também da ilegibilidade de certos documentos, o

que significava trocas constantes de e-mails com diversas instâncias burocráticas, internas e externas à universidade. Um caso emblemático foi quando, pressionado por um esclarecimento crucial, um secretário de uma agência de fomento respondeu, literalmente: “pode ser que sim, pode ser que não”.

Tudo isso demorou meses e meses sem que tivéssemos notícia do quantitativo de bolsas, tampouco a implementação de qualquer uma delas. Quando finalmente o resultado final foi publicado, definia-se que as bolsas só poderiam começar alguns meses depois – o que significava, efetivamente, a retenção de pelo menos quatro meses de todas as bolsas pagas por essa agência. Por causa do caos burocrático, perdíamos centenas de milhares de reais que seriam distribuídos para estudantes e pesquisadores, só no meu programa.

Essa relação entre a burocratização – aqui tomada como a adoção de práticas tipicamente associadas a escritórios e repartições – e a racionalidade neoliberal foi registrada por Mark Fisher em seus ensaios, nos quais atenta para a proliferação de “uma nova forma de burocracia”, “ao mesmo tempo em que ganha força a retórica neoliberal sobre o fim do comando vertical e centralizado” (Fisher, 2020, p. 72). A suposta horizontalização é seguida de perto pela maior vigilância sobre os trabalhadores – no caso dos professores, a vigilância é construída e mantida também por eles mesmos, por meio de instrumentos e práticas que servem para metrificar milimetricamente sua produtividade – como o sujeito em “franz” que assume brevemente a posição de vigia.

No poema, o trabalho forçado é o trabalho repetitivo, burocrático; ambos são também o trabalho do escritor. Essa equalização incomoda e estranha, especialmente porque o trabalho do escritor é, supostamente, um trabalho “livre”: seu produto não costuma ser visto como mercadoria (apesar de ser vendido em livrarias, feiras e festas literárias, sites). Não teria valor de uso (apesar de nos divertir, dar a conhecer, fazer divagar, atribuir *status* intelectual). Portanto, não teria valor de troca. Escrever poesia não deveria ser “chato” ou repetitivo como o trabalho de um burocrata; tampouco pode ser forçado.

É exatamente assim que ele é representado em “franz”. E é exatamente por isso que ele suscita tantas reflexões – não só sobre o trabalho do escritor, mas sobre seu trabalho na contemporaneidade, e os outros “trabalhos” que o possibilitam, como matéria, como reprodução. Enfim, em sua fatura, o poema nos leva a fazer perguntas e teorizar sobre a realidade em que ele e nós nos inserimos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Carolina Fabiano de. “Poesia e dívida: Um estudo interdisciplinar de alguns poemas de Lucas Matos”. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras (Ciência da Literatura), 2020.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Tradução de coletivo Sycorax. São Paulo : Elefante, 2017

FERRO, Sérgio. *Artes plásticas e trabalho livre I*. São Paulo: Editora 34, 2015.

FISHER, Mark. *Realismo capitalista*. Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GRAEBER, David. *The utopia of rules*. Nova Iorque: Londres: Melville House, 2016.

MATOS, Lucas. “Como escreve Lucas Matos”. Entrevista concedida a NUNES, José. *Como eu escrevo*, s/d. Disponível em: < <https://comoeuescrevo.com/lucas-matos/>>. Acesso em 06/2023.

MATOS, Lucas. *1989*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. “Capitalismo contemporâneo e suas dimensões constitutivas”. Em: GOMES, Fábio Guedes, PINTO, Eduardo Costa (orgs.). *(Des)Ordem e Regresso: o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000*. São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009, p. 33-79.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

WEBER, Max. “Burocracia”. Em GERTH, H.H.; WRIGHT MILLS, C. (orgs). *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 229-282.